



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: RICARDO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 07 DE DEZEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- OUTRAS OCORRÊNCIAS DE RELEVÂNCIA PARA O REGISTRO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma) – Bom dia a todos. Esta é a 35ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento do ano de 2017 marcada para hoje, 7 de dezembro, para tratar dos prejuízos acarretados às famílias prejudicadas pela interdição do Conjunto Habitacional Guarapiranga; localizado na Estrada do M'Boi Mirim, número 152, no Jardim das Flores; em 2015.

Neste momento suspenderei a audiência por alguns minutos para aguardar a chegada do Presidente da Comissão, o Vereador Ricardo Nunes.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Reabertos os trabalhos da 35ª audiência pública do ano de 2017 em atendimento ao Requerimento 81/2017, de minha autoria, que requer a convocação de audiência pública para tratar dos prejuízos acarretados às famílias prejudicadas pela interdição do Conjunto Habitacional Guarapiranga; localizado na Estrada do M'Boi Mirim, número 152, no Jardim das Flores; em 2015.

Para compor a mesa, convido – e já agradeço bastante pela presença – o Dr. Ricardo Ferrari Nogueira, Procurador-Geral do Município de São Paulo e o Dr. Luciano Pinto, Assessor da Secretaria Municipal de Justiça. Lembro que o Dr. Pomini teve a gentileza de nos contatar para informar que está inteiramente à disposição, mas não pode comparecer. Por isso enviou para representá-lo o Dr. Luciano Pinto.

Convido também a Dra. Carolina Vilela Santoro Jacob, Superintendente Jurídica da SPTrans; o Dr. Marcelo José Brandão Machado, Superintendente de Infraestrutura da SPTrans; o Dr. Luiz Arruda, representante legal dos moradores do Conjunto Habitacional Guarapiranga; o Sr. Alexandre Bezerra da Silva, representante dos moradores do Conjunto Habitacional Guarapiranga e o Sr. Delson Lapa, da SPTrans.

Registro a presença do nosso colega Leoni.

Antes de abrir às falas, a assessoria preparou um pequeno resumo da situação,

inclusive com as matérias veiculadas nos jornais. Existe um vídeo para ser apresentado para que todos possam se situar. Vamos reproduzi-lo.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Gostaria de pedir ao Sr. Alexandre para fazer uso da palavra. Estamos em uma audiência pública, tudo aqui é com Notas Taquigráficas e seria bom que todos se identificassem.

O SR. ALEXANDRE – Bom dia a todos. Meu nome é Alexandre e sou representante dos moradores, falo em nome de 40 famílias.

Agradeço a oportunidade de estar presente na Mesa e queria agradecer muito ao chefe de gabinete do Milton que tem dado uma atenção especial, agradecer em nome de todas as famílias a atenção e a preocupação do Ricardo Nunes com o nosso caso. O pessoal da SPTrans está presente e queria agradecer a presença de todos.

É um assunto muito delicado, estamos fora da nossa moradia desde junho de 2015 quando houve uma ordem judicial que dizia que devíamos desocupar os imóveis em até cinco dias. Corremos com isso. Foi-nos prometido pela ordem judicial mesmo os alugueis no valor de 1.200 reais. Alguns dias depois a própria Prefeitura já recorreu e esse valor foi extinto. Nosso advogado Dr. Luís Arruda tem nos ajudado bastante e entrou com uma petição dizendo que era inviável e, resumindo, hoje temos um auxílio aluguel no valor de 400 reais.

Gostaria de desafiar os presentes a alugar um imóvel no Estado de São Paulo com 400 reais. É impossível. Estou vendo o sonho de 40 famílias serem destruídos. Tem famílias que realmente estão passando necessidade, estado de calamidade. As pessoas não aguentam mais esperar por uma solução. A situação está catastrófica.

Fico tentando entender qual a cabeça dos responsáveis por isso. Desde o primeiro ano tivemos problemas com rachaduras. A Prefeitura entrou uma vez para fazer uma reforma,

uma única vez, onde maquiaram o prédio e, dois meses após essa reforma, já iniciaram as rachaduras novamente.

Nós temos um contrato de permissão de uso que, em minha opinião, isso não existe. É um contrato de promessa de compra do imóvel. Nesse contrato está escrito que é de total responsabilidade da Prefeitura de São Paulo zelar pelas manutenções, pelas vistorias periódicas. Aí pergunto, eu, Alexandre, morei dez anos no edifício e tiveram moradores que moram mais tempo que eu. Desde que eu me mudei para lá, nunca, nenhuma vez, apareceu algum fiscal na porta do edifício, algum representante da Prefeitura querendo fazer uma fiscalização, entender.

No entanto, nós tivemos que expor as nossas famílias a uma situação muito triste. Nós, moradores, tivemos de pagar para uma gráfica fazer uma placa que chamasse atenção de frente para o Terminal Guarapiranga para que as pessoas pudessem fotografar, filmar, expondo toda essa situação e muita gente tinha vergonha, saia do prédio de cabeça baixa para arcar com seus compromissos por conta da exposição mesmo. Além de todo esse problema, a humilhação.

Nós saímos de lá despejados de uma moradia que nós compramos. Não é uma área invadida, inclusive, até hoje, nós pagamos parcela disso. Pagamos parcelas todo mês disso. Eu sei que as pessoas estão exaustas, elas não aguentam mais. Muitas pessoas até perderam a expectativa de vida. Existem casos de pessoas que estão com depressão por conta disso que perderam a moradia, perderam o emprego. Mas eu tenho fé e por essa fé que eu estou aqui.

Costumo dizer a todos os moradores que tenhamos fé e que vamos lutar pelo nosso direito para que não percamos também a dignidade. É uma situação muito triste, de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Alexandre, por favor, só para compreensão do Dr. Luciano, que representa o Secretário de Justiça, e Dr. Ricardo Ferrari,

Procurador-Geral do Município, está junto do Terminal Guarapiranga, o prédio é de propriedade da SPTrans. Só para eles entenderem qual que é o histórico da SPTrans nesse processo, quando foi feito, quando vocês foram para lá. Você já tem uma história. Nós temos personagens novos para eles compreenderem porque a SPTrans, quem construiu o prédio.

O SR. ALEXANDRE – Perfeito. O prédio foi entregue no ano de 2005. O prédio foi feito numa ação da Prefeitura junto com a Secretaria dos Transportes, SPTrans, por conta da obra do corredor de ônibus no tempo da Marta Suplicy. Ela precisava entregar os corredores de ônibus e tiraram as famílias que moravam ali na região do Socorro e levaram essas famílias para um alojamento e, em 2005, foi entregue esse prédio que, na realidade, eu não sei explicar por qual motivo a própria planta do prédio foi mudada. Foi apresentado um projeto para esses moradores e por algum motivo essa planta que foi apresentada não foi a planta que foi executada. Não sou nenhum engenheiro técnico, sou leigo no assunto, mas não precisa ser nenhum expert para entender que houve negligência no momento da construção. É muito difícil a gente não ter um respaldo de quem tem responsabilidade por isso da própria Prefeitura de São Paulo, da Secretaria dos Transportes.

Fico muito chateado e muito triste em saber que tem algumas pessoas aqui representando a SP Trans que tiveram bom interesse em nos ajudar, mas que foram barradas por quem está acima delas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado. Só para eu fazer um entendimento, eu acho que talvez o Dr. Luciano e o Dr. Ricardo Ferrari também, da SPTrans quem poderia nos responder qual é o número do processo que a SPTrans fez contra a construtora, se está tramitando na Justiça para a construtora fazer a indenização da obra que ela realizou e que por fim aconteceu isso? Alguém da SPTrans pode dizer como está a questão processual? De certo a construtora foi paga para fazer o serviço e a SPTrans deve ter buscado o ressarcimento por parte da construtora.

A SRA. CAROLINA – A SPTrans ainda não ajuizou o processo. Estamos

levantando agora – a partir do momento que tive conhecimento – todos os documentos para ajuizar a ação de regresso em face da construtora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Mas e aquele negócio de prescrição?

O SR. RICARDO FERRARI – Nesse caso aqui, tecnicamente, existe aquilo que se chama *actio nata*, ela nasce, no direito, quando apareceram os problemas. Salvo engano, apesar de ser 2005 que a obra foi entregue, faz dois anos que vocês foram retirados, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Há dois anos foram retirados, mas a denúncia com relação aos problemas foi há mais tempo.

O SR. ALEXANDRE – Na realidade, nós tivemos problemas a partir de 2006. O edifício foi entregue em 2005 e, em 2006, iniciaram as rachaduras onde houve uma maquiagem no prédio se não me engano, três ou quatro anos após o momento que ele foi entregue e os problemas voltaram, só que voltaram de uma maneira muito pior.

O SR. RICARDO FERRARI – Quando as famílias deixaram o prédio? 2015?

O SR. ALEXANDRE – Junho de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Fiquei preocupado. Essa questão está desde 2006, quando houve problemas, as famílias foram retiradas em 2015 e a SPTrans até o presente momento...para mim é uma grande surpresa dessa omissão da SPTrans. Isso vai ter de ser apurado.

A SRA. CAROLINA – Sim, não tenha dúvida. Nós vamos levantar o que tiver na empresa, o jurídico vai adotar as providências de ajuizamento da ação e, eventual apuração de responsabilidade por não terem feito nada até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Inclusive funcional?

A SRA. CAROLINA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A SPTrans está se comprometendo de que vai instalar um procedimento administrativo de apurar a responsabilidade funcional de

quem foi omisso.

A SRA. CAROLINA – Vamos levantar as informações sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A senhora sabe qual foi a construtora que fez a obra e o valor da obra?

O SR. MARCELO MACHADO – Vereador, isso, na realidade, teoricamente, teria de ser feito lá atrás e não foi. Não adianta a gente justificar. Nós adotamos uma estratégia na SPTrans de primeiro resolver o problema dos moradores. Então, tivemos reuniões com o nobre Vereador onde procuramos tentar solucionar o problema do morador para tomarmos as medidas cabíveis dentro do contrato e iremos fazê-lo.

Na realidade, isso deveria ter sido feito lá atrás e não foi, mas a primeira variante que nós tivemos foi de tentar resolver o problema dos moradores. Quando houve o problema que não poderíamos fazer em razão desse processo, mas já estamos com todos os papéis, preparando, estudando para acionar as empresas. Mas foi uma estratégia até para tentar primeiro ajudar os moradores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Seu nome, por favor.

O SR. MARCELO MACHADO – Sou Marcelo Machado, Superintendente de Infraestrutura da SPTrans.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Dr. Marcelo, o senhor está na SPTrans há quanto tempo?

O SR. MARCELO MACHADO – Estou há um ano.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Dra. Carolina está há quanto tempo na SPTrans?

A SRA. CAROLINA – Um ano também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem mais alguém da SPTrans. Pode falar o nome.

O SR. DELSON LAPA – Estou na SPTrans há 10 meses.

Aproveito e naquela reunião que tivemos a estratégia foi até para não contaminar o processo dos moradores, cuidar primeiro do processo dos moradores, a gente tinha algumas sugestões: reconstruir, refazer, enfim, e a última opção, então, naquele momento, a gente optou por primeiro tocar esse processo. Esse processo tem muitas coisas: tem a questão da empresa que explora a água que tem um processo na Secretaria do Verde, tem a questão da obra em si. Então, primeiro fizemos a estratégia de primeiro tocar o assunto dos moradores para depois acionarmos a construtora.

Só para deixar mais claro, toda a SPTrans, toda diretoria da SPTrans conhece esse processo e está empenhada em solucioná-lo. Tivemos de recuar, a área técnica da SPTrans, não porque fomos impedidos por alguém, e sim pelos próprios procedimentos processuais. Quer dizer, na ânsia de fazer e resolver, a gente na área técnica - eu não sei nem se fala procedimentos processuais, eu sou engenheiro - tocou e essa oportunidade é muito boa porque aí sim o jurídico e o técnico estão juntos para resolver essa situação.

O SR. ALEXANDRE – Só respondendo uma pergunta que V.Exa. fez e eu percebi que ficou para trás, as construtoras responsáveis foram a Construtora Camargo Corrêa, que fez a parte de fundação, e a Construtora OAS, que levantou o edifício até o momento dele ser entregue.

O SR. NELSON - Deixe-me complementar, Vereador? A Camargo Corrêa foi contratada para fazer o corredor, o terminal e o conjunto. Em um determinado momento, a obra do conjunto passou para a OAS. Foi nesse momento que houve uma alteração no projeto e, nesse momento, que a construção começou a ser erguida. Realmente, nos nossos levantamentos, a partir de 2006, começaram a surgir problemas. Até 2010, a SPTrans acionava a OAS para fazer os reparos. De 2010 para 2015 não houve nenhum acionamento da empreiteira para solucionar qualquer problema no empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ok. Solicito a fala do Dr. Luciano, representando o Secretário de Justiça Dr. Pomini, lógico, fora das ponderações que

virtualmente queira fazer, a minha pergunta objetiva é de que se senhor compreendeu de que houve uma contratação com recurso público das empresas Camargo Corrêa e OAS para a construção do conjunto habitacional e a SPTrans, conforme falam os representantes legais, não tomou nenhuma atitude com relação a notificação e ressarcimento dos valores pagos junto à empresa. Aparentemente, houve uma omissão por parte SPTrans do bom zelo pelo dinheiro público. O senhor compreendeu esse aspecto?

O SR. LUCIANO – Meu nome é Luciano, represento o Secretário Anderson Pomini, agradeço a iniciativa de V.Exa. porque a situação é muito delicada, várias famílias precisam de uma resposta do Poder Público para resolver a vida delas. De fato, é difícil entender porque houve essa demora em acionar essas empresas que fizeram a obra. Os problemas estão evidentes. Não são problemas fáceis de mascarar. São problemas graves que, pelo que foi dito, foi constatado desde o início que as pessoas mudaram para lá. Fica difícil de entender a demora, mas o que importa é que de agora em diante, pelo que aparenta, serão tomadas medidas para resolver o caso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ok. Dr. Luciano, então, a Secretaria Municipal de Justiça se dá ciente de todo o contexto aqui.

O SR. LUCIANO – Claro, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Queria pedir ao Dr. Luís, advogado que representa os moradores do conjunto para fazer a sua exposição e considerações.

O SR. LUÍS ARRUDA BARBOSA – Sou Luís Arruda Barbosa, sou advogado dos moradores. Depois da fala do Alexandre, eu queria acrescentar algumas coisas básicas.

Em princípio a ação já foi julgada e a Prefeitura foi condenada a reparar o prédio, a pagar a indenização por dano moral.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Dr. Luís, a ação que o senhor fala é dos moradores contra a municipalidade?

O SR. LUÍS ARRUDA BARBOSA – Exatamente. A ação foi julgada na 9ª Vara da

Fazenda Municipal e a Prefeitura foi condenada. Já houve interposição de recurso pela Prefeitura, já fizemos as contrarrazões do recurso. Um ponto interessante que gostaria de ressaltar porque vai ajudar muito é que a Prefeitura quando fez as contrarrazões e já também na contestação, expos uma situação bem esquisita porque ela diz que desde o início ela se prontificou a fazer as obras. No recurso ela disse a mesma coisa, ela disse que a ação era desnecessária porque a Prefeitura já havia se comprometido a fazer as obras. Nas contrarrazões do recurso, eu simplesmente disse que se já se prontificaram desde o início a fazer as obras, por que não fazem? E lancei o desafio.

Em termos de acordo, eu acho que a coisa está posta porque a Prefeitura já admite que desde o início pretendia fazer o reparo da obra.

Até gostaria de ressaltar que – vou abrir aspas – a Prefeitura diz assim: “por essas razões é que o objeto da lide pertinente aos pedidos condenatórios, a obrigação de fazer deduzidos em face da municipalidade devem ser extintos sem apreciação do mérito pois não há lide resistida, além de estar claro que a municipalidade solicitou o juízo a desocupação da coisa para proceder aos reparos, por isso a condenação em tela deve ser definitivamente afastada.”

Diante disso, algo surpreendente, então, em respostas ao recurso disse o seguinte: “apelante sustenta nas razões ter assumido as obras necessários transcrevendo o trecho seguinte da petição inicial de sorte que não há necessidade de desocupação do imóvel também para que sejam procedidas as obras necessárias.” Pois bem, digo eu, “se verdadeira a afirmação ainda é possível assumir a realização das obras mediante acordo nos autos com que estarão satisfeitos os recorridos, o Poder Judiciário e a Justiça”. A própria Prefeitura admite fazer os reparos, mas continua interpondo recurso no processo e etc.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Dr. Luís, quando você fala Prefeitura continua interpondo recurso, você fala o jurídico da SPTrans, a Procuradoria-Geral do Município, qual personagem o senhor se refere?

O SR. LUÍS ARRUDA BARBOSA – A ação é só quanto a Prefeitura. A SPTrans não entrou na ação porque a relação jurídica dos moradores é com a Prefeitura. Essa parte da SPTrans da construção do prédio, eu acho que é algo para uma ação regressiva talvez.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Farei uma ponderação do histórico. Se eu estiver errado, fiquem à vontade para me corrigir. Foram feitas várias reuniões dos moradores com a SPTrans e chegou a um momento de se sugerir que a SPTrans indenizaria os moradores na quantia de 150 mil reais. A SPTrans solicitou que tivesse a anuência de todas as 40 famílias. A associação se reuniu com os moradores e assim deliberou, apresentou isso à SPTrans. Tudo caminhava muito bem, inclusive com agradecimento às pessoas da SPTrans que participaram das reuniões no sentido de resolver o caso. Num determinado momento, a Procuradoria não avalizou, não deu o “de acordo” em relação a esse prosseguimento, alegando que a Prefeitura deveria ir até o final do curso do processo. Está correta essa história?

O SR. LUIZ ARRUDA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O.k. Dito isso, Dr. Ricardo Ferrari, queria saber se a gente poderia, aqui, de certa forma, caminhar para uma solução do caso, lembrando que são duas situações: a primeira, solução do caso das 40 famílias; a outra – e aí, decerto poderemos conversar eu, o Dr. Luciano e o Dr. Ricardo -, em relação à questão do recurso do Município. Mesmo que a Prefeitura pague agora, vai dar em torno de 6 milhões; então, acho que se deveria ingressar com uma ação para que a construtora faça o ressarcimento desses recursos aos cofres da Prefeitura. Então, são duas situações distintas.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Interessante ressaltar, Vereador, que é muito viável para a Prefeitura de São Paulo, para a Secretaria dos Transportes, partir para o caminho da indenização das famílias por conta de alguns aspectos. Primeiro, porque vai resolver o problema das 40 famílias, que é um problema urgente, para ontem. As pessoas realmente não têm mais condição de ficar pagando aluguéis caros baseados na determinação

do primeiro juiz, que liberou 1,2 mil de aluguel, e nós recebemos 400 reais do auxílio aluguel. Além disso, há um segundo aspecto muito interessante: o terreno ficaria à disposição da Secretaria dos Transportes ou até da própria Prefeitura de São Paulo. Lembrando que 150 mil reais por apartamento, gente, é um valor mínimo; 150 mil reais por apartamento daria 6 milhões de reais, que não pagam nem o terreno. Agora, imaginem se a gente estiver de aguardar a licitação, liberação de verba para daqui a 4, 5, 6, 10 anos para termos talvez um edifício com estrutura adequada, no mesmo lugar ou em outro local. Eu acho que a melhor solução, a mais viável e rápida, seria a indenização às famílias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Boa a sua observação. Deixe-me colocar isso para o Dr. Ricardo Ferrari. A Prefeitura reconheceu, Dr. Luiz, inclusive judicialmente, que a responsabilidade é dela. Uma das hipóteses, Dr. Ricardo Ferrari, seria a de a SPTrans comprar outro terreno, fazer uma licitação, construir um prédio, o que acarretaria um valor altíssimo e um prazo muito alongado, lembrando que se continuaria pagando o aluguel social. Aí, dentro dos diálogos, entendeu-se que seria melhor para o Município, inclusive mais econômico, a questão dos 150 mil. Portanto, os 150 mil não são questão de benefício das 40 famílias. Evidentemente, é um benefício para elas e também para a Prefeitura, pois ficará mais barato. Aí, a SPTrans pode contestar, caso assim julgue. Ficarão mais barato para a Prefeitura pagar os 150 mil do que construir.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Muito mais barato. Desculpe interromper, mas, a princípio, conversando com o próprio Marcelo, que se encontra na Mesa, que é engenheiro técnico da Secretaria dos Transportes, ele disse que seria no mínimo, no mínimo – se tudo corresse bem -, de 5 a 6 anos para a construção de um novo edifício. Pessoal, estou falando no mínimo. Isso pode se estender por 10 anos. A justiça no nosso País, infelizmente, é muito lenta. Então, para darmos uma solução de imediato, que seria extremamente viável – tanto para a Prefeitura como para a Secretaria dos Transportes – de

repente usar aquele terreno para uma expansão do terminal. Enfim, isso não nos importa. O que importa é que estamos buscando uma solução para o nosso problema; uma solução que tem de ser urgente, porque as pessoas não aguentam e não podem mais esperar. As pessoas precisam voltar às suas vidas; para isso, nada mais justo do que recebermos o que é de direito, porque pagamos por um imóvel que não temos.

Só para deixar uma situação muito clara aqui, quanto à parte jurídica, temos o Dr. Luiz Arruda, que defende a nossa causa. Não estamos aqui, de modo algum, para discutir ou brigar com ninguém. Pelo amor de Deus, é o contrário: estamos aqui procurando a solução para o problema. E, caso interesse das partes, homologar esse acordo o quanto antes perante o juízo para uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Alexandre, então existe a concordância de 100% das famílias com relação à proposta de acordo dos 150 mil?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Eu diria 99%, porque uma única família, que, no momento nem está em São Paulo, ficou sabendo do assunto; mas temos todas as procurações já com o nosso advogado para homologar esse acordo o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O.k. Alguém do público deseja se pronunciar? (Pausa) Desculpe, já tem inscrição. Então, estão encerradas as inscrições. Teremos: Daniela, Graziete, Manoel, Múcio e Brasil Laerte.

Daniela, pode se posicionar. Já vou lhe passar a palavra. Alguém pediu a palavra?
(Pausa)

O SR. MARCELO JOSÉ BRANDÃO MACHADO – Vereador, na realidade, 150 mil foi um valor aventado, falado. Nós iríamos fazer a contratação da empresa para fazer o levantamento. A gente não sabe se são 150, 160, 145. Na realidade, é um número aventado nessas reuniões e conversado. Só para deixar claro.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Lembrando que 150 mil seria o mínimo. Abaixo de 150 mil não existe acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – O.k. Daniela, por três minutos.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Bom dia. Meu nome é Daniela. Sou uma das moradoras do Condomínio Guarapiranga. O que eu tenho para falar é só acrescentar ao que eles estavam falando. Não foi a primeira vez que saí do condomínio, mas a segunda vez. Tive um problema logo de cara. Assim que entramos, saíram 6 apartamentos. Acabamos saindo, pagaram-nos um aluguel de 400 reais devido às rachaduras que havia no meu apartamento. Depois, com o tempo, todo esse transtorno voltou. Foi transtorno da primeira vez para sair e, desta segunda vez, que também não resolveram nada. Essa é a realidade.

Tive transtorno para procurar outra casa para morar, fora o aluguel, porque queriam 3 meses de depósito, e saímos com a promessa de 1,2 mil reais. Fizemos de tudo para encontrar um lar para morar; porque, senão, iríamos ficar na rua. Quando cada um encontrou sua moradia, dizem para nós que seriam pagos 400 reais, e tivemos que desembolsar o valor que faltava. Fora o transtorno da escola das crianças, principalmente eu por ter um irmão. A casa onde morávamos era perto de tudo, e acabamos indo morar todo mundo longe. Morávamos mora perto de um terminal e de um mercado, tudo próximo, e fomos para longe, perto de vizinhos desconhecidos. Ali, conhecíamos todo mundo faz tempo.

Por fim, essas promessas de todos os dias. Temos reuniões, dizem que vão nos pagar, mas não vão; que vão resolver o problema, e não vão. E não é uma coisa de agora, isso faz tempo, e ninguém se colocou e se pronunciou no sentido de que vai resolver; são sempre promessas, promessas. Estamos cansados disso.

Hoje estou grávida. O dinheiro que seria gasto para o enxoval da minha filha, eu tenho que pagar aluguel. É um absurdo isso, sendo que eu tinha a minha moradia própria. Pergunto: até quando vão ficar nisso? Porque é um assunto que não vem de agora, já tem 10 anos, gente! As famílias já saíram uma primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Daniela. Você tem razão. O problema é da construtora, que agora passou para vocês. Se tivesse feito a construção direito,

não estaria acontecendo nada disso. Graziele de Souza Silva Alves.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Bom dia. Sou Graziele, moradora do Condomínio Guarapiranga. Tenho uma pergunta inicial à SPTrans. Vejo que todas as pessoas que estão aqui, da SPTrans, são novas no cargo. Quando a SPTrans foi falar com todos os 40 moradores, o Nerilton, da Subprefeitura de M'Boi Mirim, propôs inicialmente para todo mundo um auxílio aluguel de 1,2 mil reais. Os representantes da SPTrans mais os representantes da Subprefeitura de M'Boi Mirim afirmaram a todos os moradores – e temos isso gravado em vídeo – que eles iriam dar esse auxílio aluguel de 1,2 mil reais. Eu aluguei uma casa no valor de 1,2 mil reais, valor com o qual hoje eu não tenho condições de arcar. Tive de me mudar de moradia pela segunda vez por conta da redução do auxílio aluguel. Na região em que moramos, do Guarapiranga, todas as pessoas que estão aqui presentes podem ir até lá e ver se encontram algum aluguel de 400 reais ou pelo menos inferior a 700 reais. Três cômodos lá saem por 700 reais, casas simples, pequenas. Todas as pessoas que compraram esses apartamentos, que compraram depois, que entraram já no início – assim como eu – sabem como o prédio foi recebido. O prédio foi recebido cru, nem lâmpada havia. Todos os moradores deram seu sangue, trabalharam para conseguir reformar seus apartamentos. Havia pessoas que estavam com apartamento recém-reformado quando começaram as rachaduras.

Como vocês que estão aqui iriam se sentir se, do nada, viesse uma pessoa à sua casa e em 5 dias retirassem vocês? Isso sem vocês terem condições de arcar com aluguel e tudo mais. E se uma pessoa viesse a vocês e dissesse: “Eu afirmo a você que vou te dar 1,2 mil reais de aluguel”. Aqui não se está lidando só com pessoas simples, está-se lidando com pessoas que têm sonhos, que estão correndo atrás de seus objetivos. Todos os que estão aqui estão cansados, de saco cheio de várias pessoas lhes procurarem e dizerem: “Dou isso, dou aquilo, faço isso, faço aquilo”. Quem de vocês pode afirmar que isso realmente vai sair? Se não vai ser só mais uma vez em que a SPTrans fala? Porque deveriam estar aqui os antigos representantes da SPTrans que, no início, foram falar com todos os moradores. Porque, pelo

que foi passado a vocês, pelo que vocês disseram aqui, vocês não sabem nem do início, do que foi falado aos moradores.

Se não me engano, Alexandre, era o Sr. Michel que estava no dia daquela reunião, quando foram retirados antes os moradores.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Só acrescentando a informação que a Grazi perguntou, eu queria realmente fazer essa pergunta aos representantes da SPTrans. Existe um senhor chamado Salvador. Vocês já devem ter ouvido falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Era o Diretor da SPTrans.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Pois o Sr. Salvador, ele fez uma reunião junto com o representante da Defesa Civil, se não me engano no dia 17 ou 18 de junho de 2015, antes de os moradores saírem. E o Salvador, ele não só prometeu que traria uma solução, ele não só afirmou – nós temos isso gravado em vídeo – como disse que já estaria com o laudo quase pronto. Ele pediu 15 dias para entregar um laudo a respeito do estudo do solo para falar do problema para os moradores. Ele pediu 15 dias; faz dois anos e meio que nós estamos fora do prédio, e esse laudo não foi entregue, e nunca foi anexado na parte jurídica do processo.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Agora, ao Sr. Representante... Qual é o nome do senhor? (Pausa) Nelson. O senhor disse que o senhor é engenheiro, correto? Sendo engenheiro, o senhor interdita uma moradia sem fazer uma vistoria nela?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Pois é. Inicialmente, quando a Subprefeitura do M'Boi Mirim foi à nossa moradia, eu mesma recebi a interdição do meu apartamento, mas não foi nenhum engenheiro à minha casa. Chegaram dois homens da subprefeitura distribuindo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Mas não era para interditar?

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Interditar e ser feito um laudo,

diretamente com o engenheiro, mas termos ciência do que seria feito, se teria condições de ser reestruturado o prédio. Saímos de lá, eles chegaram, distribuíram interdições para algumas famílias inicialmente; depois, interditaram o prédio inteiro. Se o senhor puder falar com o engenheiro aqui... Para ter uma interdição geral de um apartamento ou do prédio inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Acho que esse não é o caso, Graziele. Tinha que interditar.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Tinha que interditar. Por que, desde o início, não foi feito certo?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Mas não dá para discutir aqui tecnicamente. Tinha que interditar. Isso está claro. A gente precisa sair daqui com uma solução. Se fez o laudo ou não fez o laudo, o certo é o seguinte: deveria ter sido responsabilizada a empresa que fez.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Inicialmente,...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A SPTrans não fez.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Inicialmente, ele falou que a estrutura inicial foi feita pela Camargo Correa. Como se faz uma estrutura de um prédio sem ter o mapa inicial, sem ter uma planta? Ou seja, a SPTrans, quando fez parceria com a Prefeitura, para fazer a planta, e a Camargo Correa fez a estrutura inicial e depois foi concretado tudo pela OAS, como a Camargo Correa fez sem ter uma planta? Porque, quem estava no início dos projetos – como eu -, fomos levados para uma moradia onde ficamos até ser construído o prédio. Foi na época da Marta. Foi mostrado para todos nós moradores na época uma planta inicial do apartamento, que não foi o que nos foi entregue. Não foi. Na planta inicial, o prédio era reto, tinha todas as outras partes que não teve nesse.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Mas qual a diferença disso neste momento? Só para eu entender.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – A má estrutura que foi estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Isso sim. Isso sim. Por isso que a SPTrans – e vou cobrar isso – vai ter que entrar com uma ação para apurar por que os funcionários daquela época não ingressaram com uma ação contra a construtora que causou todo esse problema. Se a construtora tivesse feito o serviço correto, a gente não estaria aqui.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Com certeza, não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Vocês estariam lá morando com tranquilidade. A origem do problema é que a construtora fez um serviço mal feito. Ela foi remunerada para fazer o serviço, fez mal feito, e alguém protegeu essas empreiteiras.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – E no momento de reparar, reparou mal feito também. Foi apenas maquiado o prédio.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Sim. Porque na maioria dos apartamentos foi utilizado sela trinca para selar rachaduras de mais de 5 cm, e isso é o mesmo que se colocar band-aid.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Quem está aqui da SPTrans já está escutando quem se eles também não fizerem, eu vou responsabilizá-los. Eles têm obrigação de buscar identificar quem foi negligente com relação ao acontecido – tanto a pessoa que não fez a ação no momento, que deveria ter ingressado com ação contra a construtora... Porque a Prefeitura está hoje sendo contestada, mas o grande problema foi originado pela construtora. Claro. A Prefeitura teve a maior boa intenção.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – Acredito que as duas construtoras, e a principal é a Camargo Correa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A gente vai ter que levantar. Agora, a Prefeitura fez uma obra, conversou com vocês, combinou de dar uma moradia. Ela fez. A construtora fez mal feito e gerou todo esse problema.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Mas é interessante também saber, Ricardo, por que o Salvador nos prometeu uma solução, e isso há dois anos e meio atrás, e até

o momento nada.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – E o principal: ele nunca está presente a todas as reuniões, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – É Salvador Zimbaldi que vocês estão falando?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Exatamente. Diretor da SPTrans.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Não sei. Aí, nós vamos levantar quem foram as pessoas. Isso aqui é uma audiência pública. O agente público tem suas funções e obrigações. O Dr. Luciano, representante da Secretaria de Justiça, está ciente. O Dr. Ricardo Ferrari está ciente. São pessoas da área do Direito, sabem das consequências. Está aqui o Dr. Marcelo, Superintendente da SPTrans; a Dra. Carolina, Superintendente Jurídica; o Dr. Nelson, engenheiro da SPTrans. Vai-se ter, agora, que buscar saber quem foram os responsáveis pela negligência com relação ao caso.

A SRA. GRAZIELE DE SOUZA SILVA ALVES – E isso, do valor que o Alexandre havia falado, da indenização, isso de ser 150 mil o mínimo: 150 por toda a humilhação que todas as famílias passaram. Pelo constrangimento de, em cinco dias sair e ainda ter a polícia na porta da casa, muita polícia, como se estivessem lidando com bandidos. “Ou você sai daqui ou nós vamos retirar à força”. Então, seria bom, diante disso, que ao menos a Prefeitura e a SPTrans... Seria 150 mil o mínimo, por todo o constrangimento às famílias. O mínimo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Graziele. Manoel Batista dos Santos. Se possível, vamos falar rapidinho, porque a gente entendeu tudo.

O SR. MANOEL BATISTA DOS SANTOS – Bom dia, pessoal. O condomínio lá, eles pediram para a gente sair o mais rápido possível. Então, nem no terreno da Prefeitura nós não pagamos um aluguel de 400 reais; só dois cômodos. Eles falaram que iriam pagar 1,2 mil para nós. Tiraram a gente, nos empurraram para fora do condomínio. Não era o caso de expulsar. A polícia em cima da gente, mandando a gente embora. Então, eu acho que 400

reais não tem como ser, não. Ou eles nos pagam os 150 mil ou não vamos aceitar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito bom, Manoel. Múcio Coelho de Oliveira.

O SR. MÚCIO COELHO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Sou representante do Condomínio Guarapiranga também como orador. Minha reclamação, como todos estão cientes, é que o auxílio aluguel seria inicialmente de 1,2 mil reais; e, depois que retiraram a gente por 400 reais e falaram que a gente deveria morar a uma distância até 1000 metros de onde morávamos. Ao contrário: moro a 25km de onde eu morava. Moro em uma casa pela qual pago 1,1 mil reais de aluguel. Pago 700 reais a mais do meu bolso. Tenho transtorno por causa dos meus filhos, por causa de escola. Minha mãe trabalha doente, tem transtorno para sair e chegar em casa.

Como falaram que a gente tinha que morar até a 1000 metros de lá, eu moro a 25km. Que diferença, não? Mudei para o condomínio no começo. Fui um dos primeiros a pegar o apartamento. Quando cheguei lá, realmente, estava cru, não tinha nada feito, nada, nada. Só passaram uma tinta para dizer que as paredes estavam coloridas. Desde o início, a partir de 6 meses que já estávamos lá, começamos a vir defeito no solo. Na parte dos fundos, no fundo da casa da Grazi mesmo, onde passava o aterramento, o fio terra, a gente já via, ao fundo, que o solo ali já estava baixo, abaixo do nível do último degrau do gramado que havia no fundo da caixa d'água. O solo já mostrava abaixamento. Quer dizer: a gente havia acabado de mudar havia 6 meses e já havia defeito. Fizeram em cima do defeito, ou seja, para tapar o sol com peneira.

A Marta tinha que entregar os corredores. “Vamos fazer de qualquer jeito e vamos por eles lá, está tudo bem”. Foi isso o que foi feito com a gente. Só peço uma solução a todos. Só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Brasil Laerte. Por último, Douglas.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou da Eco Global Habitat, uma organização

habitacional da Unesca, universidade que estamos constituindo. Não moro lá no conjunto, mas conheço o problema. Não só de lá, mas investiguei todos os conjuntos construídos de 88 até agora.

Na I Conferência Nacional das Cidades, em Brasília, apresentei o projeto de construção do Minha Casa Minha Vida. Esse projeto previa a construção de 35 milhões de conjuntos habitacionais no País, mas virou sinônimo de corrupção, e vou dizer a vocês por quê. Porque a máfia do PMDB que se apoderou da Caixa Econômica desde 88 até hoje, o que ela vem fazendo? Através dessas empreiteiras ligadas à Laja a Jato, vêm construindo esses conjuntos e superfaturando as obras, construindo a sociedade conjuntos habitacionais que cabem apenas lagartixas. Além disso, são construções de péssima qualidade, como aconteceu com essas construtoras ligadas à Laja a Jato que construíram esse condomínio.

Além disso, investiguei outros esquemas dessa máfia que foi montada. Por exemplo, o terreno com o proprietário custaria em torno de 1 milhão de reais. A trambicagem é que eles superfaturavam a área do terreno para 3 milhões; depois do documento trambicado, era repassado o dinheiro para os cofres desses abutres, que, ao longo desses anos, têm limpado os bolsos da nação brasileira e sucateado os cofres públicos, colocando o País na bancarrota.

Também, 75% dos conjuntos habitacionais que eu investiguei, construídos pelo Governo do Estado, todos eles têm o mesmo problema que está apresentando lá, são rachaduras, obras superfaturadas em 25 a 30%. Eu apontei aí, investiguei a construção desse conjunto que está sendo feito na antiga Estação da Luz, num terreno da...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ok. Obrigado.

O SR. BRASIL LAERTE - Na Estação da Luz tem um superfaturamento já de 30% da construção do valor daquela obra. Eu não sei a qualidade da obra até agora. Qual é a nossa tese lá? R\$ 400,00 não dá nem para uma pessoa sozinha morar na pior pensão aqui do Centro da cidade de São Paulo. A nossa tese é que a Prefeitura acione a construtora e organize Os 40

moradores e destine, pelo menos, dois salários mínimos para poder ter condições pagar um aluguel mais digno.

É o que eu tinha para dizer. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) –Tem a palavra o Sr. Douglas. (Pausa) Já foi explanado? Ótimo. Obrigado.

Está compreendido tudo? Dr. Ricardo, Luciana e a SP Trans já tem conhecimento.

Tem a palavra o Dr. Ricardo Ferrari.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA – Ricardo Ferrari, Procurador Geral do Município.

Em primeiro lugar, Vereador Ricardo Nunes, é muito oportuna esta ação do seu mandato. Dar os parabéns para resolver os problemas das famílias, com quem a gente se solidariza.

O que a gente pode dizer? A situação é realmente muito difícil e, pela narrativa, de todos os atores que estão participando, a gente vê que existem algumas pontas administrativas, talvez até pelo nosso gigantismo estatal, vamos dizer assim, que deveriam ser mais bem trabalhadas e encaminhadas.

O que eu quero dizer? Por exemplo, se a gente puder fazer um breve histórico e chegar ao mérito que, no final das contas, é ajudar as famílias, a gente vê que tem inúmeros atores.

Só do que eu anotei aqui: Camargo Correa, OAS, SP Trans, Prefeitura, famílias, corredor, Cohab, pagamento do auxílio aluguel R\$1.200,00, R\$ 400,00, e assim por diante. A quantidade de dados é tão grande que o primeiro passo para a gente organizar o encaminhamento que, no final das contas, é a ajuda das famílias, resolver os problemas delas de forma premente, entender como a gente pode, passo a passo, funcionar aqui para ajudá-las.

O primeiro ponto que eu queria destacar é o seguinte: foi conversado com as

famílias que seria um aluguel de R\$ 1.200,00. Não é isso?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Vocês recebem hoje...

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Primeiro o juiz determinou pagar R\$ 1.200,00.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Vamos esquecer o Judiciário.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - E aí as famílias fizeram os seus contratos de aluguel baseados no valor de R\$ 1.200,00.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Aí é que está, também tem mais esse ator, o Judiciário, mais um que a gente traz à mesa. Vamos tentar organizar administrativamente para saber qual o melhor encaminhamento. Por quê? Não é pelo... também pelo que foi prometido, mas você veja: R\$ 400,00 recebidos de quem? Da Cohab?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Os R\$ 400,00...

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Da Secretaria da Habitação?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Isso aí.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Então você vê, quem faz a promessa é uma Secretaria e, ao final das contas, quem paga é outra. Até aí já há necessidade de um acertamento. Porque R\$ 400,00 vem da política habitacional de aluguel social do Município em geral, que não atende vocês que é um caso concreto especial.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Você vê que já tem aí um problema de encaminhamento. Esse é um dos pontos que poderia ser explorado para saber qual o melhor encaminhamento.

O segundo, parte do pressuposto e dando um pouco de técnica jurídica, vocês têm uma ação judicial contra o Município.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Sim.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Não contra a SP Trans, nem contra as construtoras.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Não, nós temos contra o Município.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Num litisconsórcio voluntário. Para entenderem um pouco do que estou falando, vocês são 40 famílias individualizadas que, no final das contas, se reuniram e ingressaram com uma ação. Não é um litisconsórcio necessário, porque cada um tem seus interesses. Entende onde quero chegar?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Sim.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Vocês estão partindo de uma indenização de R\$ 150.000,00 que resolve o problema. Como disse o nosso representante da SP Trans, pode ser 140, pode ser 150, 160, a apurar, evidentemente, o caso particular de cada um. Não é isso?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - No final das contas, nós teríamos de conversar com as 40 famílias, partindo desse pressuposto, mas de forma individualizada, não é isso? Ou é o grupo mesmo que está firme na posição?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - É o grupo. Tem a associação, eu respondo pelas 40 famílias, e nosso advogado tem legalmente a procuração de 99%.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Tá. Aí vocês vejam quais são os outros dados que nós temos de considerar. Pelo que vocês estão me dizendo, como permissionários, existe um contrato que finalizado o pagamento vocês se tornam proprietários.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Eu estou pressupondo que todos pagaram, que as 40 famílias estão pagando esses boletos.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Sim.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Pode ser que tenha alguém, inclusive,

pelas dificuldades financeiras – isso não é nenhum juízo de valor, viu gente! É a situação da vida, que pode ter deixado de pagar, não é?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Claro. Existem casos.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Nós temos o grupo e temos o individual.

Esse é o primeiro pressuposto.

O segundo pressuposto, vocês já deixaram, isso está certo, o prédio de lado.

Ninguém volta para o prédio.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Na realidade, nós queremos a solução.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - A solução seria, partindo de um piso de R\$ 150.000,00...

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Sim.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - ...abandonar, acabou o prédio. Então você tem que colocar, na verdade, aquilo que foi pago, esse contrato, tem que colocar a questão da ação judicial que, como foi dito, e é isso mesmo, viu Vereador Ricardo Nunes, cinco, seis anos, a gente não tem a disponibilidade de interesse para deixar reconhecer pedido, a não ser que haja um grande acordo, que acho é o caminho aqui.

Nós temos aquela situação de individualizar cada família, como foi tratada a questão do permissionário o pagamento; a questão de saber se todos estão de acordo em relação ao próprio prédio; temos a ação judicial e saber como nós vamos internalizar esse acordo dentro da ação judicial; temos de resolver isso de forma premente. Concordo com tudo o que foi dito.

Onde eu quero chegar com todas essas considerações? De novo, voltando, sensibilizado com essa situação, como foi dito aí pelos moradores, as pessoas precisam levar a vida adiante, o seu sonho, a sua vida. É uma situação realmente desesperadora. Eu aqui tendo contato agora com esse caso, estou até meio sufocado. As pessoas têm de caminhar e

construir seus sonhos e a gente tem de chegar, até pela nossa função, à solução do bem. Para isso nós estamos aqui, para fazer o bem, não o contrário.

Qual é a proposta se eu puder encaminhar assim? Nós temos um grupo de mediação de conflitos que tem muito sucesso nessa seara habitacional. Por que eu estou falando desse grupo? Porque ele seria o canalizador dessa conversa. Esquecendo a Justiça, tá?

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Porque para mim seria muito cômodo, vou ser franco com vocês, deixa na Justiça e daqui a seis anos a gente volta a se ver. Não é esse objetivo. Isso seria fazer o mal, no meu ponto de vista.

Esse grupo teve um trabalho realizado, no ano de 2017, juntamente com a Cohab, e teve 90% de sucesso nos casos que intermediou. Mais de mil famílias, não tenho esse dado direito, mas foram mais de mil famílias. Nós estamos aqui falando de 40. Se eu partir do pressuposto que 90% tiveram sucesso de mil famílias, 40 acho que a gente pode chegar ao denominador comum.

Não. Não estou reabrindo a discussão. Estou, na verdade, buscando um centralizador para que essa discussão evolua administrativamente devido a quantidade de dados e quantidade de atores.

Esse grupo conversaria com o Alexandre, seu patrono, seu representante; convidaríamos, por parte da sua assessoria, quem você indicasse para participar dessa conversa, Vereador Ricardo Nunes; SP Trans presente, para estar dirimindo como nós vamos chegar. Esse grupo faria um planejamento para dar uma perspectiva temporal para cada família se planejar.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Essa é uma ideia também. Eu queria colocar essa situação de o que for realizado, daqui para frente, baseado em cima de algumas datas, até para eu poder dar respaldo para os moradores.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Veja, todos podem participar numa primeira rodada, para saber quem é o canal, claro que a gente precisa de uma comunicação, e dar uma perspectiva de mesa para saber como serão tratados, como será dirimido, inclusive os aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. Porque há pagamento, precisa ver quem pagou, quem não pagou, para saber. A gente parte do piso, depois haverá calibração. Com certeza haverá calibração.

Depois de todo esse trabalho feito, a gente vai apresentando ao Juízo, numa grande amarra, todas essas situações para que as famílias que tiverem a sua vida resolvida já sair da ação e a coisa caminhar.

Como foi dito, 99% *in*, mas pode ser que 1% que esteja em outro lugar queira continuar com a ação, é legítimo que continue. Aí é uma discussão interna, do patrono, etc. e tal.

Então a proposta de encaminhamento, Vereador Ricardo Nunes, se V.Exa. estiver de acordo, é chamar esse grupo, dar essa tarefa, tentar trabalhar, ainda neste mês de dezembro, esse planejamento temporal para as famílias ficarem em perspectiva.

Viu Carol? Já unindo todos esses interesses, SP Trans também sendo convocada, sempre que necessário, representante dos moradores, sua assessoria, fazendo um planejamento a muitas mãos e tentamos resolver no máximo, até o primeiro semestre de 2018, definitivamente, a vida de todas as pessoas.

Claro que isso também é uma perspectiva, como é o piso, mas dá um respiro para a gente entender todo esse processo, já que estamos entrando agora nessa questão, fazendo todas as amarras com as famílias e seus representantes, chegando a uma solução o mais tardar em julho, junho de 2018. É uma primeira proposta.

Volto a repetir, me solidarizo muito com as famílias, as pessoas têm de ter seus sonhos. Como funcionário que sou, a gente está aqui para fazer o bem, não o contrário. Acho que a gente encontrar um focal, vamos caminhar bem nesse planejamento. É a minha primeira

participação aqui.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Dr. Ricardo.

Da SP Trans, Dra. Carolina, qual o momento do processo, que acho já estava caminhando para ter um acordo, que a Procuradoria do Município disse que não poderia fazer o acordo?

A SRA. CAROLINA VILELA SANTORO JACOB - Neste momento, não houve a participação da Procuradoria do Município. O que aconteceu foi que quando o processo chegou para a contratação de uma empresa, para fazer o levantamento de eventuais prejuízos, o que foi dito é que não teria motivos - naquele momento, Vereador - para que a SP Trans, como ela não era parte, ali, do processo judicial, de fazer a contratação.

O motivo do ato administrativo para contratação pelos diretores, pela SP Trans, não existiria. A SP Trans, até este momento, não foi obrigada a fazer uma indenização.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Posso complementar, Vereador? É justamente isso que, no começo, ação contra a Prefeitura responsabilidade de construtora com a SP Trans. Então, quando o processo andou, como não foi ajuizado contra, não tem obrigação judicial de fazê-lo. Por isso, reuni todas as partes, acho que seria interessante.

A SRA. CAROLINA VILELA SANTORO JACOB - Foi justamente por isso, porque poderia ser prejudicial para os diretores não terem uma motivação para contratar, que o jurídico não indicou a contratação. Foi justamente por isso, o que não prejudica agora, como disse o Ricardo, de passarmos a atuar junto nessa mediação.

O compromisso da SP Trans, já conversei com o Delson aqui, de nós ajuizarmos a ação. Eu assumi o Jurídico da SP, Trans em junho, o Delson, como ele disse está há 10 meses, está tomando pé dessa situação, de ajuizarmos ação contra a construtora e, eventualmente, responsabilizar alguém que, até neste momento não fez.

Se o senhor me permite, quem deveria informar ao Jurídico do descumprimento

desse contrato seria a área gestora. Isso não foi feito. O Delson, fazendo agora, a gente conversando essa situação como chegou para ele e para mim, vamos adotar todas as medidas para o ajuizamento da ação. Quanto a isso o senhor pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Ok. É que o Dr. Marcelo comentou que precisaria de uma empresa para fazer a avaliação. De repente, Dr. Ricardo Ferrari, está falando para a gente caminhar para fazer o acordo, aí trava de novo nessa avaliação.

A SRA. CAROLINA VILELA SANTORO JACOB - Mas agora, Vereador, a gente tem um justo motivo para contratar a empresa que não existia lá atrás. Tem um fundamento para esse ato administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Então será contratada?

A SRA. CAROLINA VILELA SANTORO JACOB - Posso dizer que a gente agora, em conjunto, vamos avaliar a possibilidade de já contratar a empresa para que ela possa fazer esse levantamento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Não. Espera aí. Avaliar?

A SRA. CAROLINA VILELA SANTORO JACOB - A empresa vai dar os parâmetros de valores, do que aconteceu com o edifício.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Você precisa desse dado?

A SRA. CAROLINA VILELA SANTORO JACOB - Não. Para começar a mediação não. A gente pode caminhar em paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Mas, Dra. Carolina, a hora que tiver a mediação, vocês vão ter de ter o embasamento de qual é o valor apurado para a indenização, certo? Não é a contratação da empresa que vai fazer essa apuração?

A SRA. CAROLINA VILELA SANTORO JACOB - Sim. Mas a gente já pode começar

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Então não vai contratar a empresa para fazer a avaliação. É isso?

A SRA. CAROLINA VILELA SANTORO JACOB - Podemos contratar. Podemos começar a contratação.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Se o senhor me permite, Vereador Ricardo e Carol, isso varia. Onde quero chegar?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Eu acho que não precisa, mas como o Dr. Marcelo falou que precisa.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Pode-se variar. Por exemplo, se, da análise dos documentos saltar os olhos o que é, pronto, já caminha. Os casos mais sensíveis, realmente, acho que será necessário. Mas isso depende da conversa. A conversa alinhando os parâmetros, pode ser até que seja dispensável, ou não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tá. Dr. Ricardo Ferrari, a SP Trans tem um processo administrativo já, que deve estar bem instruído.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Ótimo, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Talvez até o Dr. Marcelo ou o Delson pudessem falar do processo administrativo desse caso. Estou até vendo um pacotão ali de documentos.

O SR. DELSON SILVA LAPA - Da contratação da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Desse contexto do processo e também da contratação.

O SR. DELSON SILVA LAPA - Deixa eu aproveitar, já que estamos falando, em hipótese nenhuma quero comparar a minha angústia, a nossa angústia, com a angústia dos moradores, mas nós, como gestores públicos também temos angústias. Muitas vezes não podemos agir da forma que queremos agir, existe um processo e a gente tem que seguir esse ritual.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Só a velocidade, não é doutor, que pode ser uma cultura aquela velocidade. A cultura de fazer andar.

O SR. DELSON SILVA LAPA - Com certeza. A velocidade lá na SP Trans, para esse caso específico, a gente conseguiu, botando o processo embaixo do braço e indo lá na sala da Carol, o Marcelo ia lá na diretoria, dessa forma a gente foi tocando. A última reunião que nós tivemos, eu disse ao Alexandre e a todos que estavam presentes, imaginava eu na minha inocência de administrador público de achar que eu poderia resolver. A minha intenção não é válida, o que vale é o processo, que em 15 dias, até combinamos um evento no início da avaliação.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito.

O SR. DELSON SILVA LAPA - Nesse momento, o que a gente tinha de fazer, por isso, o processo de contratação da empresa está bastante avançado, já passou em reunião de diretoria, foi aprovado. Agora, a gente precisa colocar esse processo de forma legal para andar com essa contratação.

O que a empresa vai fazer? Além da avaliação do empreendimento, a avaliação de cada imóvel. Porque teve imóvel lá que teve reforma e outro que não teve. Então a gente faz uma avaliação do imóvel, das benfeitorias, porque nós também temos de ter esse respaldo, porque não podemos decidir, pelo menos nós em SP Trans, não sei como anda a partir daí, qual é o valor dessa indenização.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Partindo do mínimo de R\$ 150.000,00, duas situações que quero deixar muito claras aqui é que nós estamos dispostos a homologar o acordo o quanto antes, só acho o prazo que foi comentado aqui que, no máximo, seria junho, julho, do ano que vem, para uma solução. Acho um pouco extenso esse prazo, devido a situação.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Foi só uma ideia, para a gente não vender uma expectativa equivocada.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito. De qualquer maneira, uma situação que foi falada aqui, que acho importante frisar, a respeito de saírem aos poucos do

processo, da parte jurídica, não. A partir do momento do acordo homologado, perante o Juízo, com data pré-estabelecida, multa caso a data não seja cumprida, nós saímos, as 40 famílias, do processo e problema resolvido.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Para melhorar a minha interlocução. Não foi isso que eu quis dizer. Eu quis dizer, na verdade, é que não será resolvido tudo ao mesmo tempo. Por exemplo, se uma família resolveu, resolveu. Está lá claro, o processo vai ser extinto só no final.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Mas, pelo menos, a vida da pessoa já vai tocando. Quis dizer, na verdade, o processo continua, mas a gente vai um por um resolvendo a situação, ou em bloco, não tem problema. Como a gente decidir no alinhamento da primeira reunião.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Eu acho claro, se for possível, que nós consigamos resolver isso numa escala de 10 ou de 20 em 20 moradores, seriam duas etapas; de 10 em 10, seriam quatro etapas, enfim, vamos ver o que é mais viável e o que é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Dr. Marcelo, o senhor desculpe a minha agonia. Mas quando você fala que tem que ir na diretoria, tem que não sei o quê, isso começa a me dar um... Tem que viver o que o pessoal está vivendo para parar com essas conversas de que... tem que resolver esse negócio. A gente precisa resolver. Não é possível.

Dr. Ricardo, a gente vai conseguir (Palmas) fazer essa solução, dessa forma que o Dr. Ricardo Ferrari colocou, de usar essa coordenadoria de mediação. A gente pode sair como uma data para fazer essa reunião, Dr. Ricardo?

O DR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA – A primeira reunião já é semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Semana que vem.

O DR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA – Hoje nós estamos na quinta-feira. Converse com o Maurício, Tereza, já pede para ele alinhar todas as partes. É a nossa prioridade.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Só para ficar claro para que todos entendam, a primeira reunião já é na semana que vem. É isso?

O DR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA – Na semana que vem é a primeira reunião só para alinhar já como vamos trabalhar esse processo de forma prioritária.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA - Perfeito. Obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A gente vai resolver, pode crer que a gente vai resolver, isso é importante. A gente vai devagarzinho vencendo algumas questões. A pessoa entra para o serviço público, ela se impregna de uma coisa, de que a coisa tem que ser lerda, lenta; mas a gente vai conseguir vencer esse processo, se Deus quiser, não é Dr. Luiz? Não é possível que as coisas possam demorar tanto; que para contratar uma empresa para avaliar um negócio, desde janeiro que a atual gestão... Se o João Doria souber disso aí, rapaz, vou te contar, acho que ele muda aquela diretoria inteira da SPTrans.

Alguém mais deseja falar? (Pausa) Rápido, que eu preciso terminar.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Então, o que ele acabou de falar... Não lembro o nome dele agora, esqueci... (Pausa) Acho que todos que vieram aqui hoje, de suas casas, de seus trabalhos, vieram com a perspectiva de que hoje sairíamos com o problema resolvido. Essa questão de que vai para o mês de junho, como ele disse, é uma ideia, mas uma ideia que não é definitiva. A gente veio hoje para uma coisa certa, entendeu?

Outra coisa: estamos há muito tempo esperando por isso. Garanto que hoje todos vieram para resolver esse problema e sair daqui pensando em janeiro já ter sua casa. Garanto. Todo mundo aqui. É como você falou: esse negócio de papelzinho, parece que cada um joga – conforme a minha linguagem – o B.O., a responsabilidade para o outro. É como você falou, é lento. Mas eu vim de longe, grávida, para ter uma solução e ouvir: “Vamos pegar a

documentação de todo mundo, e no mês de janeiro cada um vai receber sua indenização”. Pronto. Para eles, esse dinheiro não é nada. E o que a gente está passando? É condução para vir para cá, é perder dia de serviço, é filho que fica com fulano. Isso cansa. Aí, vai ter outra reunião, outra reunião, outra reunião.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA – Daniela, é como a gente está dizendo: o embaralhamento administrativo existe. A gente tem a boa intenção de tentar mediar essa situação e fazer com que ela chegue a bom termo. Se já está definido que vai haver indenização, então, o Município sai desse enredo, sai do conjunto, e aí o problema é entre os moradores e a SPTrans.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Mas se a SPTrans sabia que iria haver uma reunião como esta hoje, com o Ricardo Nunes, que deu apoio total – embora ele mesmo tenha acabado de dizer que não tem esse negócio que tem que enrolar em relação a papel -, ela já tinha que ter feito o quê? Dado já a solução antes de chegar aqui. Não é falar que será talvez, uma opinião, mês de junho. Não. A reunião hoje era para ser definitiva. Não foi uma coisa para ser no mês de junho... No mês de junho, já estou dando à luz, e aí? Vou ter que procurar casa? Sair de novo? Não, não tem como.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Daniela, eu entendo a sua preocupação, entendo a sua agonia. Eu vivencio a mesma situação que vocês, eu estou no mesmo barco. Entendo mesmo, de verdade. Acho que o quanto antes a gente resolver... Inclusive foi comentado em algumas reuniões que de presente de Natal nós iríamos ganhar a nossa moradia de volta.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Eu fui uma das pessoas que comentei isso. Quero deixar muito claro que confio de verdade no trabalho do Ricardo Nunes, toda a sua equipe: Milton, Chefe de Gabinete, Edivan, todos os que estão empenhados, Dr. Ricardo, Dr. Luiz Arruda; enfim, confio de verdade no trabalho dessas pessoas. E nós vamos trabalhar para

que, o quanto antes, seja resolvido; até porque, indiretamente, eu vou cobrar isso. Claro que não tenho poder nenhum sobre a situação, mas, em contato com o Ricardo, com o próprio Milton, vou trocar telefone com o Ricardo também. Enfim, o quanto antes resolver, melhor, Dani. Eu entendo a sua agonia, a sua preocupação, mas, infelizmente, existe essa parte administrativa.

Quando eu disse que junho, julho é muito tempo, realmente é muito tempo. Mas se a gente tiver a solução, sei lá - vou chutar um exemplo, pessoal -, até Carnaval do ano que vem, até o início de março, vou ficar muito feliz.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Mas, Alê, eu falo isso tudo porque a gente só chegou aqui através dele, do Ricardo Nunes.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Eu entendo a sua agonia, a sua preocupação.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Talvez a gente ficasse mais dois, três anos recebendo aluguel de 400 reais.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Ou mais.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Ou seis anos, Dani. Ou sete.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Por isso é que falo que a solução tinha que vir antes de a gente chegar aqui. Já estar resolvido, e todo mundo ir embora alegre, com a solução.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Eu entendo a sua preocupação, mas é importante a gente lembrar também, Dani, que ele está tomando conhecimento desse caso na data de hoje.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Entendi.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Ele não tinha conhecimento. Não o Ricardo Nunes, o outro Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Daniela, como é que vai chamar o seu filho?

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Helena.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Bonito. Você tem razão. Eu entendo a sua agonia e a de todos os moradores. Deixe-me só pontuar uma questão para vocês. Eu sou Vereador. Então, eu não tenho o poder da caneta do Executivo para resolver as questões. Num palavrear muito simples, eu os fiscalizo, eu tenho a função de fiscalizar eles.

Eu acho que eles estão sendo muito lentos, eu acho.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Também acho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito lentos. Muito lentos. Eu acho que a gestão passada foi omissa e vai ter que pagar por isso.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Também acho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – E não só a passada, mas as outras, desde 2006. Eles vão ter que responder por isso. Aí, a minha função. Se eles não tomarem atitude, eu vou denunciar ao Ministério Público, inclusive eles. Eles sabem que eu faço. Porque sou da base do Governo, mas o que é certo é certo. Eu sei dividir as coisas.

Vou falar para o Avelleda do meu descontentamento em relação à morosidade deles, porque já estamos em dezembro, e eles estão lá desde o começo do ano...

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – ... com essa história de que tem que contratar uma empresa, que não sei o quê, que tem que pegar assinatura. Pelo menos acho que eles vão ter aqui uma experiência de parar com as desculpas e ver que as pessoas sofrem. As pessoas sofrem. Quem está recebendo 400 reais para um aluguel... Não é possível que não consigam entender o sofrimento de quem vai pagar o Natal – que é a data mais bonita do ano, que é o nascimento de Jesus – sofrendo.

A Dona Carolina, o Sr. Marcelo e o Sr. Delson, quando chegar o Natal, eles devem

pensar que tiveram o ano inteiro para ajudar essas pessoas, mas não ajudaram. Aí, ficam com a desculpa da burocracia. Eu tenho muita esperança de que o Dr. Ricardo Ferrari e o Pomini, que está aqui através do Dr. Luciano, acelerem essa questão jurídica.

As coisas não foram feitas no passado. Se tivessem denunciado a empresa que fez a obra mal feita, se tivessem ajuizado ação para que eles indenizarem... Isso não seria um problema da Prefeitura. Quem fez a obra errado foi a construtora. A Prefeitura foi omissa. O agente público que foi omissa vai ter que responder pela sua omissão.

O SR. ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA – Nós moradores procuramos pela construtora no passado, ganhamos uma porta na cara.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Lógico. Então, Daniela, sei que o ideal seria sair daqui com uma solução, mas, infelizmente, as coisas têm uma certa burocracia. Agora, sou um pouco chato, vou ficar em cima deles o tempo inteiro. Eu precisava ter isso aqui, porque isso aqui é uma audiência pública. Para você entender a minha estratégia: numa audiência pública, o que cada um deles diz aqui... Observem o que eu falei: “O senhor está ciente do que está acontecendo?”, “O senhor está ciente?”. Eu puxei a fala de cada um.

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – E eu gravei também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Eu puxei a fala dele, eu puxei a fala de cada um. Então, eu estou hoje com as notas taquigráficas, e isso vai ser publicado em *Diário Oficial*. Hoje eu tenho um mecanismo. Em todas as reuniões que a gente teve com a SPTrans, eu esperava mais deles. Eu estou aqui colocando para fora a minha indignação da morosidade desses senhores, que ganham muito bem. Eu não tinha um documento, agora eu tenho as notas taquigráficas. Isto é uma audiência pública que foi aprovada por uma Comissão. Há toda uma questão legal nesse processo.

Eu lhe pediria uma coisa: confie em mim. Confie em mim, tá?

A SRA. DANIELA ROQUE DOS SANTOS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Alguém mais deseja falar? (Pausa) Não

havendo, está encerrada a presente audiência pública, com o compromisso dos presentes de, na semana que vem, ser realizada uma reunião intermediada pelo Dr. Ricardo Ferrari, que vamos acompanhar. Obrigado a todos. (Palmas)